



# **Marazan Portugal - SGPS, SA**

**Relatório e Contas Consolidadas**

**Exercício 2017**

## Índice

### 1. Relatório de gestão do exercício de 2017

### 2. Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

• Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 .....	8
• Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de dezembro de 2017 .....	9
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados em 31 de dezembro de 2017 .....	10
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidados em 31 de dezembro de 2017 .....	11
• Anexo	
1. Nota introdutória .....	13
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	13
3. Principais políticas contabilísticas .....	14
4. Perímetro de Consolidação .....	18
5. Ativos fixos tangíveis .....	19
6. Propriedades de investimento .....	20
7. Ativos intangíveis .....	20
8. Ativos biológicos .....	21
9. Outros ativos financeiros .....	21
10. Inventários .....	22
11. Clientes .....	22
12. Adiantamentos a fornecedores .....	22
13. Estado e outros entes públicos .....	23
14. Outros créditos a receber .....	23
15. Diferimentos .....	23
16. Caixa e depósitos bancários .....	23
17. Capital social .....	24
18. Outros instrumentos de capital próprio .....	24
19. Reservas legais .....	24
20. Resultados transitados .....	24
21. Outras variações no capital próprio .....	24
22. Resultado líquido .....	25
23. Financiamentos obtidos .....	25
24. Passivos por impostos diferidos .....	25
25. Fornecedores .....	26
26. Adiantamentos a clientes .....	26
27. Outras dívidas a pagar .....	26
28. Vendas e prestações de serviços .....	26
29. Subsídios à Exploração .....	27
30. Variação nos inventários da produção .....	27
31. Custo das vendas .....	27
32. Fornecimentos e serviços externos .....	28
33. Gastos com o pessoal .....	28
34. Aumentos/reduções de justo valor .....	28
35. Outros rendimentos .....	28
36. Outros gastos .....	29
37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	29
38. Resultados financeiros .....	29
39. Imposto sobre o rendimento do período .....	29
40. Partes relacionadas .....	30
41. Compromissos .....	30
42. Relatório de auditoria de contas individuais .....	30
43. Eventos subsequentes .....	31
44. Informações exigidas por diplomas legais .....	31



**Relatório de Gestão**  
**do exercício findo em 31 de dezembro de 2017**



Senhores Acionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, com este Relatório de gestão submetemos à apreciação de V. Exas. o Balanço, a Demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## O Grupo Marazan

A Marazan Portugal, SGPS, SA foi constituída em 18 de dezembro de 2008, sendo a sua atividade principal a Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas bem como a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

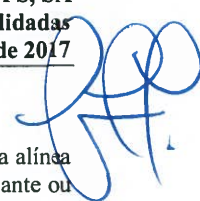
O universo empresarial da Marazan ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas no quadro abaixo. As principais atividades do Grupo englobam a olivicultura e a criação de gado bovino, assim como a comercialização dos produtos produzidos, azeitona e bezerros.

## Perímetro de Consolidação

### Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Empresa	Sede	% Participação		Actividade
		Directa	Indirecta	
Marazan Portugal - SGPS, SA	Beja	-	-	Gestão de participações sociais noutras sociedades bem como a prestação de serviços técnicos de administração e gestão
Aggraria siglo XXI, Portugal, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços agrícolas
PJP, Serviços Agrícolas do Sul, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços agrícolas
Causalonga - Agrícola, Lda	Beja	100,00%	-	Olivicultura
MRZ, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços de consultoria financeira, avaliação de imóveis, compra e venda de acções e participações sociais
Grande Alcance - Agrícola, SA	Beja	100,00%	-	Comercialização de produtos para a agricultura
Contornos & Limites-Soc. Agro-Pecuária, SA	Beja	100,00%	-	Olivicultura e comercialização do produto produzido – azeitona
Agrícola Virgem da Conceição, SA	Beja	99,996%	0,004%	Olivicultura
Bolotaverde, SA	Beja	100,00%	-	Olivicultura e a criação de gado bovino, assim como a comercialização dos produtos produzidos, azeitona e bezerros
Trigo Novo, Lda	Beja	100,00%	-	Produção, transformação, comercialização e exportação de produtos agro-pecuários.
Aggraria Lagar, Lda (ex- Stork-Aggraria, Lda)	Beja	50,00%	50,00%	Lagar de Produção de azeite
Cardal Chancuda, Lda (ex-Cedilhas a Rigor, Lda)	Beja	100,00%	-	Olivicultura, agricultura e actividades dos seus serviços relacionados
Herdade das Lanças e Freixo, Lda (ex-Brisas e Travessias, Lda)	Beja	100,00%	-	Olivicultura, agricultura e actividades dos seus serviços relacionados



Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na subalínea i) da alínea a) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho ("possa exercer, ou exerça efetivamente, influência dominante ou controlo").

No presente ano a Aggrária Siglo XXI, Lda adquiriu 50% da participação da Aggrária Lagar, Lda.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2017 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016, na medida em que incluem a posição financeira e os resultados da Aggrária Lagar na sua totalidade (50% em 2016) e o património e a atividade das sociedades Cedilhas a Rigor, Lda, Lda e Brisas e Travessias, Lda adquiridas em outubro de 2016.

## Órgãos sociais e auditores

### Membros da Mesa de Assembleia-geral

**Presidente** Pedro Ignacio Gonzalo Ybarra

### Membros do Conselho de Administração

**Presidente** Pedro Ignacio Gonzalo Ybarra

**Vogal** Jesus Peché Lopez de Ayala

### Fiscal Único

**Efetivo** DFK & Associados, SROC, representada por Manuel Lázaro Oliveira de Brito, ROC  
**Suplente** Vítor Manuel Mendes Santos ROC

Os Órgãos Sociais estão mandatados para o quadriénio de 2016 a 2019.

## Síntese da atividade desenvolvida

A análise da atividade do Grupo Marazan deverá ser completada pela análise dos Relatórios e Contas Individuais das empresas que compõem o Grupo.

É do nosso entendimento que as informações constantes nos ditos relatórios são por si só suficientes para que uma imagem verdadeira e apropriada da atividade do Grupo, possa ser transmitida.

Do ponto de vista consolidado, há no entanto a destacar alguns indicadores que em conjunto com a análise das contas individuais das empresas, transmitirão as informações que consideramos mais relevantes.

O exercício de 2017 continuou a ser marcado pela crise financeira internacional e nacional. A atividade do exercício resume-se fundamentalmente na gestão de participações sociais de outras sociedades.

A sociedade, tal como nos anos anteriores, cumpriu todos os seus compromissos com os seus credores, nomeadamente a banca, e dispõe ainda dos meios financeiros para fazer face aos juros a liquidar no futuro.

## Análise às Contas do Exercício

Apresenta-se de seguida a exploração dos exercícios de 2017 e 2016:

	31.Dez17	31.Dez16	Variação
Vendas de mercadorias	8 601 731	9 377 552	(775 821)
Prestação de serviços	3 640 852	2 720 423	920 429
Subsídios à exploração	448 269	424 315	23 954
Variação nos inventários da produção	4 648 591	(885 634)	5 534 225
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6 298 880)	(4 858 013)	(1 440 867)
Fornecimentos e serviços externos	(4 047 525)	(4 229 062)	181 537
Gastos com o pessoal	(901 173)	(820 099)	(81 074)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	(22 750)	22 750
Aumentos/reduções de justo valor	3 570	(5 350)	8 920
Outros rendimentos	787 724	485 724	302 000
Outros gastos	(745 008)	(209 453)	(535 555)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>6 138 151</b>	<b>1 977 652</b>	<b>4 160 499</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 065 277)	(1 028 920)	(36 357)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>5 072 874</b>	<b>948 732</b>	<b>4 124 142</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	1 161	(1 161)
Juros e gastos similares suportados	(314 354)	(238 027)	(76 328)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4 758 519</b>	<b>711 866</b>	<b>4 046 654</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(1 136 033)	(455 394)	(680 639)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 622 487</b>	<b>256 472</b>	<b>3 366 015</b>
Interesses minoritários	-	88 687	(88 687)
<b>Resultado líquido do período atribuído à empresa mãe</b>	<b>3 622 487</b>	<b>345 159</b>	<b>3 277 328</b>

## Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

## Obrigações fiscais e parafiscais

A Administração informa que não existem dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação do Grupo de empresas perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **Evolução previsível da sociedade**

Durante o exercício de 2018 a Empresa seguirá linhas firmes e prudentes de atuação, semelhantes às até agora prosseguidas. Após o termo do exercício não se verificaram fatores relevantes que devam ser mencionados.

## **Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores**

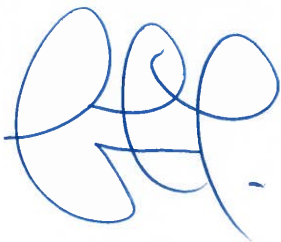
Não foram concedidas no exercício de 2017 quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

## **Proposta de aplicação dos resultados**

Em consequência da atividade desenvolvida, apurou-se um Resultado Líquido de 3.622.487 euros (três milhões, seiscentos e vinte e dois, quatrocentos e oitenta e sete euros), que se propõe seja levado integralmente à conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 10 de julho de 2018

*O Conselho de Administração*

X 



**Demonstrações Financeiras Consolidadas**  
**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017**



**MARAZAN PORTUGAL - SGPS, SA**  
**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2017**  
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez17</u>	<u>31.Dez16</u>
<b>Ativo</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	9 116 757	9 208 511
Propriedades de investimento	6	901 993	901 993
Ativos intangíveis	7	18 215	21 227
Ativos biológicos	8	5 944 723	5 418 817
Participações financeiras - outros métodos		2 171	1 571
Outros ativos financeiros	9	405 731	2 796
Total dos ativos não correntes		16 389 590	15 554 914
Inventários	10	5 397 077	1 951 152
Clientes	11	1 466 404	1 532 342
Adiantamentos a fornecedores	12	89 923	35 271
Estado e outros entes públicos	13	699 126	725 820
Outros créditos a receber	14	1 555 749	2 230 325
Diferimentos	15	34 168	24 186
Caixa e depósitos bancários	16	562 719	1 405 052
Total dos ativos correntes		9 805 167	7 904 147
		26 194 756	23 459 061
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital subscrito	17	1 450 000	1 450 000
Outros instrumentos de capital próprio	18	401 647	-
Reservas legais	19	96 450	51 543
Resultados transitados	20	325 759	669 461
Outras variações no capital próprio	21	3 830 102	3 587 137
Resultado líquido do exercício	22	3 622 487	345 159
Interesses minoritários		-	956 244
Total dos capitais próprios		9 726 444	7 059 545
<b>Passivo</b>			
Financiamentos obtidos	23	7 423 945	5 482 897
Passivos por impostos diferidos	24	256 833	283 489
Total dos passivos não correntes		7 680 778	5 766 386
Fornecedores	25	2 809 173	3 596 177
Adiantamento de clientes	26	770 789	637 817
Estado e outros entes públicos	13	1 302 796	635 420
Financiamentos obtidos	23	1 604 358	3 791 574
Outras dívidas a pagar	27	2 300 418	1 972 143
Total dos passivos correntes		8 787 534	10 633 131
Total do passivo		16 468 312	16 399 517
		26 194 756	23 459 061

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de julho de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Aud. Maria Soares*

A ADMINISTRAÇÃO



MARAZAN PORTUGAL - SGPS, SA

Demonstração dos Resultados Consolidados  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez17	31.Dez16
Vendas de mercadorias	28	8 601 731	9 377 552
Prestação de serviços	28	3 640 852	2 720 423
Subsídios à exploração	29	448 269	424 315
Variação nos inventários da produção	30	4 648 591	(885 634)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(6 298 880)	(4 858 013)
Fornecimentos e serviços externos	32	(4 047 525)	(4 229 062)
Gastos com o pessoal	33	(901 173)	(820 099)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	(22 750)
Aumentos/reduções de justo valor	34	3 570	(5 350)
Outros rendimentos	35	787 724	485 724
Outros gastos	36	(745 008)	(209 453)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>6 138 151</b>	<b>1 977 652</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	(1 065 277)	(1 028 920)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5 072 874</b>	<b>948 732</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	38	-	1 161
Juros e gastos similares suportados	38	(314 354)	(238 027)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 758 519</b>	<b>711 866</b>
Imposto sobre o rendimento do período	39	(1 136 033)	(455 394)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 622 487</b>	<b>256 472</b>
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		-	88 687
<b>Resultado líquido do período atribuído à empresa mãe</b>		<b>3 622 487</b>	<b>345 159</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de julho de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Andreia Saiad

A ADMINISTRAÇÃO

**MARAZAN PORTUGAL - SGPS, SA**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

	<u>31.Dez17</u>	<u>31.Dez16</u>
<b><i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i></b>		
Recebimentos de clientes	17 520 562	17 064 918
Pagamentos a fornecedores	(14 334 356)	(14 280 392)
Pagamentos ao pessoal	<u>(576 228)</u>	<u>(489 934)</u>
Caixa gerada pelas operações	<u>2 609 979</u>	<u>2 294 591</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(208 046)	(513 369)
Outros recebimentos/pagamentos	<u>(837 022)</u>	<u>189 403</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>	<u>1 564 911</u>	<u>1 970 625</u>
<b><i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(1 142 657)	(1 195 401)
Activos intangíveis	(11 400)	(7 350)
Investimentos financeiros	<u>-</u>	<u>(307 758)</u>
	<u>(1 154 057)</u>	<u>(1 510 509)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	1 315 192	-
Juros e rendimentos similares	<u>-</u>	<u>133</u>
	<u>1 315 192</u>	<u>133</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	<u>161 136</u>	<u>(1 510 376)</u>
<b><i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5 495 440	2 170 359
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	4 000
Outras operações de financiamento	<u>35 590 141</u>	<u>19 707 753</u>
	<u>41 085 581</u>	<u>21 882 112</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(6 355 684)	(2 173 949)
Juros e gastos similares	(351 124)	(258 919)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	(11 680)
Outras operações de financiamento	<u>(36 947 153)</u>	<u>(19 768 445)</u>
	<u>(43 653 961)</u>	<u>(22 212 993)</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	<u>(2 568 380)</u>	<u>(330 881)</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<u>(842 333)</u>	<u>129 368</u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<u>1 405 052</u>	<u>1 275 684</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<u>562 719</u>	<u>1 405 052</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

10 de julho de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Andreia Saraiva*

A ADMINISTRAÇÃO

MARAZAN PORTUGAL - SGPS, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidadas - Exercício de 2017

	(Valores expressos em euros)							
	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Interesses minoritários	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2017</b>	1 450 000	0	51 543	669 461	3 587 137	345 159	956 244	7 059 545
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(19 076)	(359 967)	-	-	(379 043)
	-	-	-	(19 076)	(359 967)	-	-	(379 043)
<b>Resultado Líquido do Período</b>						3 622 487	-	3 622 487
<b>Resultado Integral</b>						3 622 487	-	3 622 487
Operações com detentores de capital próprio								
Outras operações	-	401 647	44 907	(324 626)	602 931	(345 159)	(956 244)	(576 544)
	-	401 647	44 907	(324 626)	602 931	(345 159)	(956 244)	(576 544)
<b>Posição no Fim do Período 2017</b>	1 450 000	401 647	96 450	325 759	3 830 101	3 622 487	-	9 726 444

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de julho de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Audreia Sáez*

A ADMINISTRAÇÃO

MARAZAN PORTUGAL - SGPS, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidadas - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Interesses minoritários	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2016</i>	1 450 000	(0)	51 543	(1 274 747)	1 134 269	2 099 888	-	3 460 953
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(155 680)	1 839 336	-	-	1 683 656
<i>Resultado Líquido do Período</i>				(155 680)	1 839 336	345 159	-	345 159
<i>Resultado Integral</i>						345 159	-	345 159
Operações com detentores de capital próprio								
Outras operações	-	-	-	2 099 888	613 532	(2 099 888)	956 244	1 569 776
				2 099 888	613 532	(2 099 888)	956 244	1 569 776
<i>Posição no Fim do Período 2016</i>	1 450 000	(0)	51 543	669 461	3 587 137	345 159	956 244	7 059 545

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lisboa, 10 de julho de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Isabel Saraiva*

A ADMINISTRAÇÃO



## Marazan Portugal - SGPS, SA

### Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

#### 1. Nota introdutória

A Marazan Portugal – SGPS, SA (“Marazan” ou “Empresa”) foi constituída em 18 de dezembro de 2008 e tem a sua sede na Rua Ernesto de Melo Antunes, n.º 3 em Beja. A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

O universo empresarial da Marazan (“Grupo”) é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam o desenvolvimento a compra e venda de imóveis.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Junho, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

##### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

##### c) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

##### d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

##### e) Passivos contingentes


Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

##### f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



*Aud.*



g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

#### 3.2. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do rendimento integral, respetivamente, na rubrica de "Interesses não controlados".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse não controlado no capital próprio da controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando aqueles acionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se subsequentemente a controlada reportar lucros o Grupo apropria todos os lucros até que a parte sem controlo dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados, respetivamente, desde a data em que o Grupo passa a deter controlo ou o mesmo deixa de existir.

As transações e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, foram igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente à participação no rendimento integral da associada (incluindo resultados líquidos das

empresas associadas) por contrapartida de resultado líquido do exercício ou de outro rendimento integral, respetivamente, e pelos dividendos recebidos.

As perdas em associadas em excesso do investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para compartilhar nessas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como Investimento em associadas - Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

c) Goodwill

O justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas como goodwill ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas.

O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas".

Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de goodwill são sujeitos a testes de imparidade a quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição e ao justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”. No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

### 3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) a taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Nesta rubrica incluem-se, também, os produtos agrícolas, tratados pela NCRF 17 – Agricultura, no qual entende-se por produto agrícola, o produto colhido dos ativos biológicos, ou seja, os que resultam da cessação do processo de vida de um ativo biológico, este deve ser mensurado pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

### 3.8. Ativos Biológicos

Na mensuração dos ativos biológicos de produção privilegia-se a aplicação do justo valor. A aplicação do justo valor é a melhor medida de mensuração sempre que possa ser fiavelmente determinada conforme o ponto 31 da NCRF 17, pelo que existe um pressuposto de que o justo valor pode ser mensurado com fiabilidade para um ativo biológico.

Contudo, esse pressuposto pode ser afastado no reconhecimento inicial de um ativo biológico quando o valor de mercado não possa ser determinável e as outras estimativas alternativas de determinação do justo valor também não sejam fiáveis. Neste caso, o ativo biológico de produção deve ser mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

Quando o justo valor desse ativo biológico se tornar fiavelmente mensurável, a entidade deve alterar a mensuração para o justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

### 3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

### 3.11. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.12. Provisões

De forma periódica são analisadas as eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.14. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.15. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

### 3.16. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que são cumpridos com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

## 4. Perímetro de Consolidação

### 4.1. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Empresa	Sede	% Participação		Actividade
		Directa	Indirecta	
Marazan Portugal - SGPS, SA	Beja	-	-	Gestão de participações sociais noutras sociedades bem como a prestação de serviços técnicos de administração e gestão
Aggraria siglo XXI, Portugal, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços agrícolas
PJP, Serviços Agrícolas do Sul, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços agrícolas
Causalonga - Agrícola, Lda	Beja	100,00%	-	Olivicultura
MRZ, Lda	Beja	100,00%	-	Prestação de serviços de consultoria financeira, avaliação de imóveis, compra e venda de acções e participações sociais
Grande Alcance - Agrícola, SA	Beja	100,00%	-	Comercialização de produtos para a agricultura
Contornos & Limites-Soc. Agro-Pecuária, SA	Beja	100,00%	-	Olivicultura e comercialização do produto produzido – azeitona
Agrícola Virgem da Conceição, SA	Beja	99,996%	0,004%	Olivicultura
Bolotaverde, SA	Beja	100,00%	-	Olivicultura e a criação de gado bovino, assim como a comercialização dos produtos produzidos, azeitona e bezerros
Trigo Novo, Lda	Beja	100,00%	-	Produção, transformação, comercialização e exportação de produtos agro-pecuários.
Aggraria Lagar, Lda (ex- Stork-Aggraria, Lda)	Beja	50,00%	50,00%	Lagar de Produção de azeite
Cardal Chancuda, Lda (ex-Cedilhas a Rigor, Lda)	Beja	100,00%	-	Olivicultura, agricultura e actividades dos seus serviços relacionados
Herdade das Lanças e Freixo, Lda (ex-Brisas e Travessias, Lda)	Beja	100,00%	-	Olivicultura, agricultura e actividades dos seus serviços relacionados

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na subalínea i) da alínea a) do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (“possa exercer, ou exerça efetivamente, influência dominante ou controlo”).

No presente ano a Aggrária Siglo XXI, Lda adquiriu 50% da participação da Aggrária Lagar, Lda.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2017 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016, na medida em que incluem a posição financeira e os resultados da Aggrária Lagar na sua totalidade (50% em 2016) e o património e a atividade das sociedades Cedilhas a Rigor, Lda, Lda e Brisas e Travessias, Lda adquiridas em outubro de 2016.

## 5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e Recursos Naturais	1 569 894	43 599	-	-	-	1 613 493
Edifícios e outras construções	4 261 428	1 251 785	-	-	-	5 513 213
Equipamento básico	5 042 107	426 705	-	-	-	5 468 812
Equipamento de transporte	11 136	-	-	-	-	11 136
Equipamento administrativo	20 505	14 115	-	-	-	34 620
Outros ativos fixos tangíveis	259 381	4 500	-	-	-	263 881
Investimentos em curso	456 285	1 807 964	-	1 779 501	-	484 748
	11 620 736	3 548 668	-	1 779 501	-	13 389 903
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 087 623	296 951	-	-	-	1 384 574
Equipamento básico	2 156 102	497 853	-	-	-	2 653 955
Equipamento de transporte	2 226	2 226	-	-	-	4 452
Equipamento administrativo	12 841	5 987	-	-	-	18 828
Outros ativos fixos tangíveis	86 093	33 490	-	-	-	119 583
	3 344 885	836 507	-	-	-	4 181 392
31 de dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo:						
Terrenos e Recursos Naturais	1 613 493	-	-	-	-	1 613 493
Edifícios e outras construções	5 513 213	148 852	-	-	-	5 662 065
Equipamento básico	5 468 812	1 000 971	61 609	23 250	-	6 384 924
Equipamento de transporte	11 136	94 503	-	-	-	105 639
Equipamento administrativo	34 620	1 074	-	-	-	35 694
Outros ativos fixos tangíveis	263 881	-	-	-	-	263 881
Investimentos em curso	484 748	111 413	420 780	89 508	-	85 872
	13 389 903	1 356 813	482 389	112 758	-	14 151 568
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 384 574	307 583	-	-	-	1 692 158
Equipamento básico	2 653 955	500 796	-	20 344	-	3 134 407
Equipamento de transporte	4 452	25 852	-	-	-	30 304
Equipamento administrativo	55 533	8 509	-	-	-	64 041
Outros ativos fixos tangíveis	82 878	31 023	-	-	-	113 901
	4 181 392	873 763	-	20 344	-	5 034 812

Os edifícios e terrenos detidos pelo Grupo compreendem os seguintes imóveis:

- a) Herdade do Rio Seco e Monte Novo de Santa Águeda (Agricultura Virgem da Conceição);
- b) Lagar detido pela Aggrária Lagar.

As principais variações ocorridas em “Activos fixos tangíveis” respeitam à diversas aquisições e alienações realizadas pelas empresas Trigo Novo, Aggrária Lagar e Grande Alcance, nomeadamente nas rubricas de equipamento básico e investimentos em curso.

A generalidade dos “Ativos fixos tangíveis”, destacando-se o “Equipamento básico” são utilizados nas atividades agrícolas desenvolvidas pelas diversas sociedades do Grupo.



## 6. Propriedades de investimento

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016					
Saldo em 01-Jan-16	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 31-Dez-16
Herdade do Rio Seco					
901 993	-	-	-	-	901 993
901 993	-	-	-	-	901 993
31 de dezembro de 2017					
Saldo em 01-Jan-17	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 31-Dez-17
Herdade do Rio Seco					
901 993	-	-	-	-	901 993
901 993	-	-	-	-	901 993

O valor da propriedade de investimento foi determinado pelo método do custo, devido ao facto de não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor. A mensuração foi efetuada pelo custo de compra, por estar em causa uma propriedade (Herdade do Rio Seco) adquirida pela sociedade Agrícola Virgem da Conceição SA. Esta propriedade de investimento corresponde a uma área de 175,26 Ha da herdade em referência (com uma área total de 270 Ha) arrendada à sociedade Causalonga Agrícola, Lda.

## 7. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016					
Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
<b>Custo:</b>					
Projetos de desenvolvimento	257 457	22 350	-	-	279 807
Software	1 744	-	-	-	1 744
Propriedade Industrial	2 397	-	-	-	2 397
Outros ativos intangíveis	-	10 239	-	-	10 239
	261 598	32 589	-	-	294 187
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Projetos de desenvolvimento	224 921	42 882	-	-	267 803
Software	1 744	-	-	-	1 744
Outros ativos intangíveis	-	3 413	-	-	3 413
	226 665	46 295	-	-	272 960
31 de Dezembro de 2017					
Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
<b>Custo:</b>					
Projetos de desenvolvimento	279 807	11 400	-	-	291 207
Software	1 744	-	-	-	1 744
Propriedade Industrial	2 397	-	-	-	2 397
Outros ativos intangíveis	10 239	-	-	-	10 239
	294 187	11 400	-	-	305 587
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Projetos de desenvolvimento	267 803	10 999	-	-	278 802
Software	1 744	-	-	-	1 744
Outros ativos intangíveis	3 413	3 413	-	-	6 825
	272 960	14 412	-	-	287 371

## 8. Ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Ativos biológicos” apresentou as seguintes variações:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Variação do justo valor	
<b>Ativo:</b>						
Olival	3 866 295	1 651 074	-	-	-	5 517 368
Olival Peso	355 985	-	-	-	-	355 985
Gado	276 898	70 650	75 680	3 320	4 730	279 918
	<u>4 499 177</u>	<u>1 721 724</u>	<u>75 680</u>	<u>3 320</u>	<u>4 730</u>	<u>6 153 271</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Olival	547 178	128 368	-	-	-	675 547
Olival Peso	28 479	14 239	-	-	-	42 718
Gado	4 045	12 144	-	-	-	16 189
	<u>579 702</u>	<u>154 752</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>734 454</u>

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Variação do justo valor	
<b>Ativo:</b>						
Olival	5 517 368	686 600	-	-	-	6 203 969
Olival Peso	355 985	-	-	-	-	355 985
Gado	355 598	3 000	32 370	8 880	3 570	338 678
	<u>6 228 951</u>	<u>689 600</u>	<u>32 370</u>	<u>8 880</u>	<u>3 570</u>	<u>6 898 631</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Olival	675 547	128 491	-	-	-	804 038
Olival Peso	42 718	14 239	-	-	-	56 958
Gado	91 869	1 044	-	-	-	92 913
	<u>810 134</u>	<u>143 775</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>953 908</u>

Conforme se verifica nos quadros anteriores, as principais variações ocorridas no exercício de 2017 e 2016 respeitam à plantação de olival pela sociedade Trigo Novo.

De acordo com o referido no ponto 3.8 - “Principais Políticas da Empresa” as características dos ativos biológicos, atendendo às transformações a que estão sujeitos pelo crescimento, o justo valor seriam a melhor medida a utilizar para refletir a imagem verdadeira e apropriada. No entanto, na empresa, a sua aplicação não é possível, na medida em que não existe mercado ativo para este tipo de ativo biológico, deste modo, aplica-se o método do custo, ou seja, o custo do ativo biológico menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda de imparidade.

## 9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros ativos financeiros” tinha a seguinte composição:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Prestações acessórias da Aggrária Lagar	401 647	-	-	-
Fundos de compensação	3 584	-	2 296	-
CCAM F A	500	-	500	-
	<u>405 731</u>	<u>-</u>	<u>2 796</u>	<u>-</u>

## 10. Inventários

A rubrica “Inventários” apresentava o seguinte saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/dez/17	31/dez/16
Mercadorias	645 683	1 175 302
Materias primas subsidiárias e de consumo	31 932	57 813
Produtos acabados	4 540 724	609 078
Produtos e trabalhos em curso	48 185	66 900
	<b>5 266 524</b>	<b>1 909 094</b>
Adiantamentos por conta de compras	130 554	42 058
	<b>5 397 077</b>	<b>1 951 152</b>

A rubrica de “Mercadorias” é composta essencialmente por gomas, protetores, tutores e oliveiras para plantação. As matérias-primas e subsidiárias adquiridas no exercício económico de 2017, foram incorporados no processo produtivo ficando em inventário o valor referente aos tratamentos a realizar após a colheita.

A rubrica “Produtos acabados” engloba o stock de azeite da campanha 2017/2018 que não foi vendido. Por outro lado, o produto agrícola – bezerros – registado em produtos e trabalhos em curso, encontra-se valorizado, no fim do exercício, pelo justo valor, utiliza-se para tal valorização o SIMA (Sistema de Informação de Mercados Agrícolas), disponibilizado pelo Ministério da Agricultura.

Importa referir que os Adiantamentos por conta de compras correspondem a compra de mercadorias pela sociedade PJP.

## 11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	-	1 466 404	-	1 532 342
	<b>-</b>	<b>1 466 404</b>	<b>-</b>	<b>1 532 342</b>

## 12. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores das sociedades PJP e Contornos & Limites, respetivamente.

	31/dez/17	31/dez/16
Gea Pro Ingenieria SL	58 432	-
Verde Prioritário	28 862	-
Berardinucci	-	21 500
Outros < 3.000 euros	2 629	13 771
	<b>89 923</b>	<b>35 271</b>

### 13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	225 723	329 433
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	473 403	395 561
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>699 126</b>	<b>724 995</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1 119 949	465 921
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	106 353	89 504
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	53 806	53 617
Segurança Social	22 688	25 103
Outros impostos e taxas	-	450
	<b>1 302 796</b>	<b>634 595</b>

O ativo inclui, essencialmente, os pagamentos por conta e os pagamentos especiais por conta dedutíveis nos exercícios seguintes. Importa referir que o ativo também engloba o IVA a recuperar e os reembolsos solicitados relativamente ao 4.º trimestre de 2017. O passivo regista a dívida corrente do final do exercício a liquidar no exercício seguinte.

### 14. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores Diversos	-	1 454 361	-	1 990 948
Acréscimos de rendimentos	-	101 388	-	239 377
	<b>-</b>	<b>1 555 749</b>	<b>-</b>	<b>2 230 325</b>

### 15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	8 780	4 508
Outros gastos a reconhecer	25 388	19 678
	<b>34 168</b>	<b>24 186</b>

### 16. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Caixa	(13)	200
Depósitos à ordem	512 731	1 354 851
Depósitos à prazo	50 000	50 000
	<b>562 718</b>	<b>1 405 052</b>



## 17. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.450.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2017, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Marazan 2004 SL	90%	1 305 000

A Marazan 2004 SL encontra-se sediada em Espanha.

## 18. Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa, apresenta um valor de 401.647 € em prestações Suplementares.

## 19. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

## 20. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

## 21. Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Subsídios ao Investimento (PRODER)	4 869 931	5 158 134
Imputação parcial do Subsídio a Rendimentos	(999 059)	(872 127)
Ajustamento por impostos diferidos	(206 005)	(206 005)
Reversão parcial do imposto diferido	165 235	138 579
	<b>3 830 101</b>	<b>4 218 580</b>
Operações de consolidação do período (i)	-	(631 444)
	<b>3 830 101</b>	<b>3 587 136</b>

O detalhe de consolidação do período é apresentado da seguinte forma:

	31/dez/17	31/dez/16
Interesses Minoritários	-	(631 444)
	-	<b>(631 444)</b>

De acordo com a norma NCRF 22, os subsídios do Governo de apoio ao investimento têm um tratamento contabilístico diferente dos subsídios de apoio à exploração. Segundo esta norma os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, neste caso depreciações dos mesmos ativos tangíveis e intangíveis subsidiados.

## 22. Resultado líquido

A contribuição de cada empresa do Grupo no apuramento do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentado de seguida:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Resultado do período - contas individuais</b>		
Marazan Portugal - SGPS, SA	2 209 972	898 130
Aggrária Siglo XXI, Portugal, Lda	(116 555)	181 176
PJP, Serviços Agrícolas do Sul, Lda	1 553 041	1 096 676
Causalonga - Agrícola, Lda	294 452	8 949
MRZ, Actividades Agrícola e Imobiliárias, Lda	56 095	50 220
Grande Alcance - Agrícola, SA	16 795	124 981
Contornos & Limites - Sociedade Agro-Pecuária, SA	281 784	(197 632)
Agrícola Virgem da Conceição, SA	408 108	98 474
Bolotaverde - Sociedade Agro-Pecuária, SA	1 013 346	(483 836)
Trigo Novo - Exploração Agro Pecuária, Lda	(35 186)	(365 468)
Aggraria Lagar, Lda	142 824	(177 382)
Cardal Chancuda, Lda	(167)	(71 135)
Herdade das Lanças e Freixo, Lda	(1 662)	(935)
	<b>5 822 846</b>	<b>1 162 218</b>
Operações de consolidação do período (i)	(2 200 360)	(905 746)
	<b>3 622 487</b>	<b>256 472</b>

i) O detalhe de consolidação do período é apresentado da seguinte forma:

	31/dez/17	31/dez/16
Anulação MEP	(2 200 360)	(907 746)
Anulações MEP (acertos), relacionados com CP's negativos	-	2 000
	<b>(2 200 360)</b>	<b>(905 746)</b>

## 23. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	7 411 215	1 604 358	5 482 897	3 791 574
Linha IFAP	12 730	-	-	-
	<b>7 423 945</b>	<b>1 604 358</b>	<b>5 482 897</b>	<b>3 791 574</b>

As dívidas não correntes respeitam a compromissos a liquidar para além de 12 meses e evidenciados na contabilidade como tal.

## 24. Passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como se segue:

31 de dezembro de 2017					
Saldo em 01-Jan-17	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-17
	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos					
Ganhos tributados em períodos futuros	283 489	-	-	(26 656)	256 833
	<b>283 489</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26 656)</b>	<b>256 833</b>

Segundo a NCRF 25 do Imposto sobre o rendimento, uma entidade deve contabilizar as consequências fiscais de transações e de outros acontecimentos da mesma forma que contabiliza as próprias transações e outros acontecimentos. Desta forma se for provável que a recuperação ou liquidação dessas transações fizer com que os pagamentos futuros de impostos sejam maiores (menores) do que seriam se tais recuperações ou liquidações não tivessem consequências fiscais, esta norma exige que a entidade reconheça um passivo por impostos diferidos (ativo por impostos diferidos), com certas exceções limitadas.

*de*

*GO*

## 25. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte decomposição:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores conta corrente - M.N.	2 257 037	2 904 371
Fornecedores conta corrente - U.E.	390 237	413 333
	<b>2 647 274</b>	<b>3 317 704</b>
<b>Fornecedores de investimento</b>		
Fornecedores de investimento - M.N.	85 720	248 242
Fornecedores de investimento - U.E.	76 179	30 231
	<b>161 899</b>	<b>278 473</b>

## 26. Adiantamentos a clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Adiantamentos a clientes” apresentava-se como se segue:

	31/dez/17	31/dez/16
Adiantamentos a clientes	770 789	637 817
	<b>770 789</b>	<b>637 817</b>

Estes adiantamentos correspondem sobretudo à venda de azeite a sociedades sediadas em Espanha.

## 27. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/17		31/dez/16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores Diversos	-	1 724 382	-	1 731 194
Credores por acréscimo de gastos	-	575 862	-	174 815
Outros	-	174	-	66 135
	<b>-</b>	<b>2 300 418</b>	<b>-</b>	<b>1 972 143</b>

## 28. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31/dez/17			31/dez/16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
<b>Vendas</b>						
Venda de azeitona/azeite	90 809	5 753 925	5 844 734	1 104 700	5 282 633	6 387 333
Venda de mercadorias	2 360 176	2 250	2 362 426	2 464 658	256	2 464 914
Venda de subprodutos e desperdícios	277 562	23 970	301 533	437 579	23 460	461 039
Outras vendas	5 768	-	5 768	1 402	-	1 402
Venda de gado	44 120	43 151	87 271	48 450	14 415	62 864
	<b>2 778 435</b>	<b>5 823 296</b>	<b>8 601 731</b>	<b>4 056 788</b>	<b>5 320 764</b>	<b>9 377 552</b>
<b>Prestação de serviços</b>						
Técnicos Agrícolas	2 525 813	-	2 525 813	2 644 579	-	2 644 579
Técnicos Encarregados	34 464	-	34 464	31 126	-	31 126
Extração de azeite	439 663	6 491	446 154	-	-	-
Serviços de Administração	52 148	-	52 148	40 837	-	40 837
Intermediação imobiliária	80 512	-	80 512	-	-	-
Serviços Secundários	21 760	480 000	501 760	3 882	-	3 882
	<b>3 154 361</b>	<b>486 491</b>	<b>3 640 852</b>	<b>2 720 423</b>	<b>-</b>	<b>2 720 423</b>

## 29. Subsídios à Exploração

No período de 2017 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31/dez/17	31/dez/16
Subsídio IFAP (RPU/RPB/Grening)	251 324	273 395
Subsídio IFAP Outros	133 458	109 287
Subsídios Agroambientais	28 800	27 675
Subsídio IFAP (Gado/Montado)	24 318	7 689
M13 - Medida zona desfavor	6 005	6 268
Subsídio IFAP Ajudas	4 365	-
	<b>448 269</b>	<b>424 315</b>

O valor apresentado contempla várias ajudas à agricultura por parte do IFAP – Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, nomeadamente à produção integrada, manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, o uso eficiente de rega, pagamento por práticas agrícolas e benéficas (Greening) e RPB – Regime Pagamento Base, é o novo apoio direto aos agricultores no âmbito da nova política agrícola comum (PAC).

## 30. Variação nos inventários da produção

A variação nos inventários da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31/dez/17			31/dez/16		
	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventário Final	4 530 008	3 136 552	7 666 560	609 078	2 468 130	3 077 208
Regularizações	56 142	3 097	59 239	18 714	(488 345)	(469 631)
Inventário Inicial	609 078	2 468 130	3 077 208	2 677 881	815 330	3 493 211
Variação da produção	<b>3 977 072</b>	<b>671 520</b>	<b>4 648 591</b>	<b>(2 050 089)</b>	<b>1 164 455</b>	<b>(885 634)</b>

A “Variação da Produção” não é mais do que a diferença entre as existências finais e iniciais dos “Produtos acabados e intermédios” e Produtos e trabalhos em curso”, tomando ainda em consideração o movimento registado em “Regularizações de existências”.

Em 2015, a administração da Empresa decidiu não continuar a aplicar o critério até então utilizado, derogando desta forma a NCRF 17, entendendo que as demonstrações financeiras refletem valores mais reais.

Segundo a administração, o azeite que até ao final do exercício económico tenha sido vendido, deverá ser contabilizado ao preço de venda e o restante, cujo preço ainda é desconhecido deverá ser valorizado segundo o preço de mercado.

## 31. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue

	31/dez/17			31/dez/16		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	1 163 468	67 975	1 231 443	235 069	16 189	251 257
Compras	4 928 194	784 092	5 712 286	5 305 683	532 515	5 838 199
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro	600 828	44 020	644 848	1 163 468	67 975	1 231 443
Custo das Vendas	<b>5 490 833</b>	<b>808 047</b>	<b>6 298 880</b>	<b>4 377 284</b>	<b>480 729</b>	<b>4 858 013</b>

O “Custo das matérias consumidas” respeita à soma dos valores das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, utilizadas no processo produtivo para a obtenção do produto acabado.

### 32. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

	31/dez/17	31/dez/16
Subcontratos	890 141	1 287 034
Serviços especializados	1 738 448	1 655 362
Materiais	151 452	272 210
Energia e fluídos	614 833	411 164
Deslocações, estadas e transportes	93 687	63 510
Serviços diversos	558 965	539 783
Rendas e alugueres	476 060	447 768
Despesas de representação	24 060	20 541
Seguros	25 063	37 270
Contencioso e notariado	4 420	9 214
Outros	29 363	24 991
	<b>4 047 525</b>	<b>4 229 062</b>

Na rubrica fornecimentos e serviços externos, a subrubrica “Serviços especializados” é a mais representativa e engloba diversos serviços técnicos, tais como: trabalhos especializados agrícolas, administrativos e financeiros, revisão de contas, conservação e reparação do equipamento de rega e de máquinas, etc.

A sub rubrica “Subcontratos” é a segunda rubrica que possui o valor mais elevado e engloba a subcontratação de serviços agrícolas pela PJP para conseguir desenvolver a sua atividade.

### 33. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31/dez/17	31/dez/16
Remunerações do pessoal	716 290	652 810
Encargos sobre remunerações	152 334	134 795
Seguros	29 099	15 821
Outros gastos com pessoal	3 450	16 673
	<b>901 173</b>	<b>820 099</b>

A Empresa teve, em média, 40 colaboradores durante o exercício de 2017 e em 2016 foram 31.

### 34. Aumentos/reduções de justo valor

Nesta rubrica são registados rendimentos ou gastos gerados pela aplicação do método do justo valor na avaliação dos ativos biológicos na Bolota Verde. Neste caso, foi registado um aumento de justo valor das vacas reprodutoras (ver detalhe no ponto 8).

### 35. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresenta a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Rendimentos suplementares	-	144
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	27 225
Alienações (Ativos fixos tangíveis e Ativos Biológicos)	17 894	-
Rendas em propriedades de investimento	-	208
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	71 412	-
Correções relativas a exercícios anteriores	61 295	3 616
Excesso da estimativa para impostos	57 264	-
Imputação de subsídios ao investimento	361 286	264 997
Outros não especificados	218 573	189 534
	<b>787 724</b>	<b>485 724</b>



### 36. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresenta a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
Impostos	67 603	25 812
Dividas incobráveis	13 415	-
Perdas em inventários	730	3 316
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	609 823	372
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	7 990	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	28 650	75 683
Correções relativas a exercícios anteriores	6 046	16 535
Outros gastos e perdas	10 752	87 735
	<b>745 008</b>	<b>209 453</b>

Na sub rubrica “Impostos” engloba essencialmente despesas com imposto de selo, imposto único de circulação e imposto municipal sobre imóveis. O valor da sub rubrica “Gastos e perdas em subsidiárias e associadas” está relacionado com a aplicação do método de equivalência patrimonial, referente à empresa Aggrária Lagar, Lda.

### 37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31/dez/17			31/dez/16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	906 071	-	906 071	837 954	-	837 954
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	14 412	-	14 412	46 295	-	46 295
Ativos biológicos	144 795	-	144 795	144 672	-	144 672
	<b>1 065 277</b>	<b>-</b>	<b>1 065 277</b>	<b>1 028 920</b>	<b>-</b>	<b>1 028 920</b>

### 38. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	133
Outros rendimentos similares	-	1 027
	<b>-</b>	<b>1 161</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	314 354	223 076
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	0	14 951
	<b>314 354</b>	<b>238 027</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(314 354)</b>	<b>(236 866)</b>

### 39. Imposto sobre o rendimento do período

Em dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Imposto sobre o rendimento do período” tinha a seguinte composição:

	31/dez/17	31/dez/16
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>		
Imposto estimado para o período	(1 162 689)	(474 038)
Imposto diferido	26 656	18 644
	<b>(1 136 033)</b>	<b>(455 394)</b>

#### 40. Partes relacionadas

As transações e os saldos entre empresas do Grupo, foram anuladas das contas consolidadas em conformidade com as regras aplicáveis na consolidação de contas. Estas anulações ascenderam aos montantes evidenciados no quadro seguinte:

Transações	31/dez/17	31/dez/16
Contas a receber	13 480 131	11 524 701
Contas a pagar	(13 324 769)	(11 274 701)
Empréstimos concedidos	851 647	872 057
Empréstimos obtidos	(1 007 009)	(1 122 057)

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

#### 41. Compromissos

##### Bolota Verde, SA

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa detém:

- Uma garantia bancária prestada a favor da Casa Rui, Lda. até ao montante de 66.737,29 euros destinada a caucionar o bom cumprimento de todas e quaisquer obrigações no âmbito do contrato de subarrendamento rural, celebrado em 7 de outubro de 2008 e com uma duração de 20 anos;
- Uma garantia bancária a favor da EDIA, SA no valor de 6.000 euros, que visa garantir a recuperação de eventuais danos ambientais causados nos recursos hídricos, ao abrigo do contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas à rega na Herdade da Casa Branca;
- Duas garantias a favor da EDP, SA nos valores de 5.285,00 euros e 2.164,00 euros referente ao fornecimento de energia elétrica na Herdade da Casa Branca.

##### Contornos & Limites- Sociedade Agro-Pecuária, SA

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa detém uma garantia bancária prestada a favor da Casa Rui, Lda. até ao montante de 58.262,71 euros destinada a caucionar o bom cumprimento de todas e quaisquer obrigações no âmbito do contrato de subarrendamento rural, celebrado em 7 de outubro de 2008 e com uma duração de 20 anos.

##### Trigo Novo – Exploração Agro-Pecuária, Lda

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa detém 10 Livranças subscritas e avalizadas para garantir empréstimos.

##### Agrícola Virgem da Conceição

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa dispõe de duas hipotecas a favor da instituição financeira BPI sobre os seguintes prédios:

- “Herdade do Rio Seco”, sito na freguesia de Vila Nova da Baronía, concelho de Alvito, descrito na conservatória do Registo Predial de Alvito sob o número 588, e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 3º, secção N1;
- “Monte Novo de Santa Águeda”, sito na freguesia de Vila Nova da Baronía, concelho de Alvito, descrito na conservatória do Registo Predial de Alvito sob o número 1374, e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 6º, secção U e na matriz predial urbana sob o artigo 1495.

##### Restantes empresas

Nas restantes empresas do Grupo não existiam compromissos financeiros para além dos incluídos no balanço.

#### 42. Relatório de auditoria de contas individuais

As empresas pertencentes ao Grupo Marazan sujeitas a Revisão Legal das Contas e incluídas na presente consolidação durante o exercício de 2017, não incluem qualquer reserva nas contas.

Importa referir nem todas as sociedades foram sujeitas a Revisão Legal das Contas, encontrando-se dispensadas por se tratarem de sociedades por quotas e não cumprirem com os limites estabelecidos no artigo 262.º Código das Sociedades Comerciais.

#### 43. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

#### 44. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que não existem dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação do Grupo de empresas perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.